



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Controladoria Interna**

RECEBIDO
EM 11/10/2017
AS: 11H25
ASSINATURA
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS



PARECER/CI/CMP/nº 096/2017

Processo nº 9/2017-00001ARP – Segundo Termo Aditivo do Contrato Administrativo nº 201700002

Trata-se de análise, solicitada pela Comissão de Permanente de Licitação – CPL, referente ao Segundo Termo Aditivo de VALOR do Contrato nº 201700002, firmado entre a contratante Câmara Municipal de Parauapebas e a empresa contratada TAKAHASHI & WINSLOW LTDA – EPP, cujo objeto é a *contratação de empresa para prestação de serviços de natureza contínua por intermédio de operadora ou agência de viagens para cotação, reserva, emissão e cancelamento de passagens aéreas nacionais, para deslocamento de servidores, quando da execução das atividades principais da Administração Pública, inclusive quando da realização ou participação de cursos, seminários e reuniões para atender as necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará.*

I – DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

- a. Os autos do processo licitatório nº 9/2017-00001ARP contêm 1.128 folhas distribuídas em quatro volumes.
- b. Ressalta-se que a regularidade dos atos praticados previamente à celebração do Contrato nº 201700002 e de seu Primeiro Aditivo já fora objeto de análise por esta Controladoria (fls. 996-1.000 e 1.081-1.086).
- c. O procedimento administrativo instaurado para a lavratura do Segundo Aditivo do Contrato Administrativo nº 201700002 está instruído com as seguintes peças:
1. Memorando nº 361/2017, de autoria da Diretoria Administrativa, que encaminham o pedido de lavratura do Segundo Termos Aditivo de valor do Contrato Administrativo nº 201700002 à Comissão Permanente de Licitação para as devidas providências (fls. 1.101-1.103);
 2. quadro de quantitativos (fl. 1.104);
 3. autorização para 2º aditamento contratual (fls. 1.105-1.106);



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Controladoria Interna



4. memorando nº 362/2017, encaminhado pela Diretoria Administrativa ao Departamento de Contabilidade, cujo assunto é *Solicitação de Dotação Orçamentária para formalização de 2º aditivo* (fl. 1.107);
5. indicação de dotação orçamentária (fl. 1.108);
6. ofício nº 1415/2017 destinado à contratada TAKAHASHI & WINSLOW LTDA – EPP cujo assunto é *Autorização de aditamento contratual de valores* (fl. 1.109);
7. resposta ao ofício nº 1415/2017 em que a contratada autoriza o aditivo de valores solicitado pela Câmara (fl. 1.110);
8. certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada (fls. 1.111-1.116);
9. cópia da Portaria nº 041/2016 (fl. 1.117) que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Parauapebas, assim constituída:
 - a) JOSÉ DE RIBAMAR SOUZA DA SILVA – Matrícula 0562740 – Presidente;
 - b) MARCELO ROGÉRIO CARDOSO – Matrícula 0562295 – Membro;
 - c) KLÉBIO VITORIANO COSTA – Matrícula 0562312 – Membro;
 - d) CLEMERSON DE OLIVEIRA BRITO – Matrícula 0562309 – Suplente;
 - e) ANA CLEIDE OLIVEIRA DE ANDRADE – Matrícula 0562431 – Suplente.
10. recomendação da Comissão de Licitações favorável à celebração do segundo termo aditivo do contrato nº 201700002 (fls. 1.118-1.120);
11. minuta do segundo termo aditivo ao contrato nº 201700002 (fls. 1.121-1.122);
12. despacho do processo pela CPL à Procuradoria-Geral Legislativa para fins de análise da solicitação do Segundo Termo Aditivo de Valor referente ao Contrato Administrativo nº 201700002 (fl. 1.123);
13. Memorando nº 070/2017-Apoio Adm PG/CMP que encaminha o processo à CPL, acompanhado do parecer jurídico nº 130/2017 (fl. 1.124);
14. parecer jurídico nº 130/2017 (fls. 1.125-1.127);
15. despacho do processo pela CPL à Controladoria (fl. 1.128).

II – ANÁLISE

1. É importante destacar que, em regra, toda e qualquer alteração contratual, seja ela unilateral ou consensual, deve ocorrer mediante a celebração de termo aditivo, nas hipóteses – não



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Controladoria Interna

exaustivas – previstas no art. 65 da Lei 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos¹.

2. O §1º do art. 65 fixa limites para as modificações contratuais: 25% do valor original atualizado do contrato e, para os casos de reforma de edifício ou equipamento, 50% do valor da contratação.

3. Já o §2º do art. 65 determina que os limites estabelecidos não poderão ser excedidos, respeitada a hipótese de redução consensual do valor do contrato.

4. Depreende-se, então, que a Lei de Licitações estabelece requisitos formais para a celebração dos contratos administrativos com vistas a lhes conferir o caráter de oficialidade e envolve, inclusive, a formalização de aditamentos aos ajustes originários.

5. Ao compulsar os autos, ressalta-se que os acréscimos que a Administração desta Casa pretende promover no contrato nº 201700002, mediante o Segundo Termo Aditivo Contratual, não excedem o limite de 25% estabelecido no § 1º do art. 65 do Estatuto das Licitações.

III – CONCLUSÃO

1. Com base exposto, parece-nos que estão presentes nos autos os pressupostos legais necessários à celebração do segundo termo aditivo de valor do contrato nº 201700002.

1 **Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver **modificação do projeto** ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a **modificação do valor** contratual em decorrência de **acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto**, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até **25%** (vinte e cinco por cento) **do valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de **50%** (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§ 2º **Nenhum** acréscimo ou supressão **poderá exceder os limites** estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) **(grifamos)**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Controladoria Interna




3. Sendo assim, esta Controladoria opina pela continuidade do procedimento nos termos da legislação de regência.

É o parecer, que se submete à consideração superior.

Parauapebas-PA, 11 de outubro de 2017.


NATANAEL MARTINS NEVES
Analista de Controle Interno
Matrícula 022011

Aprovo o **PARECER/CI/CMP/nº 096/2017**.
Encaminhe-se conforme recomendações acima.


JORGE NELSON RIBEIRO DA COSTA JÚNIOR
Controlador-Geral
Portaria 025/2017